



Empresas só têm de prestar contas fechadas de 2018

Empresas e contabilistas acusam os bancos de exigirem prestação de contas relativa a 2019 para concederem o acesso às linhas de crédito, uma situação que já está acautelada na lei. Os bancos garantem que só exigem a informação essencial.

Pedro Catarino



As linhas de crédito, que têm sido apresentadas pelo ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, foram reforçadas.

RAFAELA BURD RELVAS
rafaelarelvass@negocios.pt

As empresas que queiram aceder às linhas de crédito só são obrigadas a apresentar as contas fechadas de 2018 e o último balancete disponível de 2019. O alerta vem da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), que acusa "alguns bancos" de pedir balanços e demonstrações de resul-

tados provisórios relativos a 2019.

"Não é legal, neste momento, pedir contas encerradas." Foi assim que, numa reunião na semana passada, Paula Franco, bastonária da OCC, resumiu uma situação já denunciada por várias empresas: a banca tem exigido a apresentação de documentos que, devido aos constrangimentos gerados pela pandemia, não estão concluídos, dificultando o acesso às linhas de crédito. Isto apesar de a lei proteger as empresas.

Em causa está um decreto-lei que prevê que "as assembleias-gerais das sociedades comerciais, as-

sociações ou cooperativas, que devam ter lugar por imposição legal ou estatutária, podem ser realizadas até 30 de junho de 2020". Assim, nesta altura, as empresas podem apresentar as contas de 2018.

Neste cenário, a OCC elaborou uma missiva para enviar aos bancos que solicitem documentos mais atuais. "As empresas têm até junho para fechar as contas relativas a 2019, pelo que não é legítima a exigência de disponibilização dos documentos de prestação de contas das empresas reportados ao período de tributação de 2019", pode ler-se na carta.

E acrescenta: "Temos tido informação de que alguns bancos estão a pedir balanços e demonstrações de resultados provisórios, o que constitui uma grave incorreção contabilística, que põe em causa a fiabilidade dessa informação." Mesmo no que diz respeito a balanços e demonstrações de resultados intercalares, há empresas que "não estão legalmente ou estatutariamente obrigadas à preparação" desses documentos, pelo que não podem ser-lhes exigidos.

Assim, a banca só pode solicitar a informação empresarial simplificada de 2018 (a de 2019 pode

Banca impedida de exigir garantias

Os bancos passaram a estar impedidos de exigir garantias adicionais às empresas que queiram recorrer às linhas de crédito lançadas pelo Governo. Esta é uma das alterações às condições destas linhas, que também viram a sua dotação total reforçada para mais do dobro. "Não será exigido ao cliente qualquer tipo de aval ou garantia complementar (pessoal ou patrimonial)", pode ler-se no documento mais recente com as condições detalhadas de cada linha de crédito. O mesmo define que a linha de apoio à atividade económica, antes destinada apenas a alguns setores da indústria, passa a ter uma dotação de 4,5 mil milhões de euros e pode, a partir de agora, ser acedida por um leque alargado de setores, da agricultura à construção. O valor total das quatro principais linhas de crédito para apoiar a economia passa, assim, a ser de 6,2 mil milhões de euros, mais do dobro dos 3 mil milhões inicialmente disponibilizados, confirmou o Negócios uma notícia avançada pela TSF.

ser entregue até 15 de julho) e o último balancete disponível de 2019.

Banca nega exigências

Apesar dos relatos feitos pelas empresas, os bancos negam que estejam a fazer este tipo de exigências.

"Nada obriga à apresentação de balanço e demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2019. Não é uma exigência do BPI nem das sociedades de garantia mútua", diz fonte oficial do BPI.

A resposta é idêntica no Novo Banco. "Não existe nenhuma regra no protocolo que obrigue a tal. Caso as empresas ainda não te-

Capital de risco sugere ao Governo que olhe para a recapitalização das empresas

A Associação Portuguesa de Capital de Risco percebe que a urgência tenha sido a tesouraria das empresas, mas vai já alertando para a necessidade de se começar a criar instrumentos de recapitalização.

6.200

LINHAS DE CRÉDITO

As quatro principais linhas de crédito têm um valor total de 6,2 mil milhões de euros.

30

ASSEMBLEIAS-GERAIS

As empresas têm até 30 de junho para realizar as assembleias-gerais onde são aprovadas as contas.

2018

CONTAS

As empresas só são obrigadas a apresentar as contas fechadas relativas a 2018.

nham as contas de 2019, o que é normal na análise de operações é que os bancos possam ter a informação económico-financeira o mais atualizada possível, não sendo imperativo que as empresas tenham as contas de 2019 fechadas e/ou aprovadas em assembleia-geral", aponta fonte oficial.

Já a Caixa Geral de Depósitos (CGD) esclarece que, "por norma, esta situação não está a acontecer". Mas, "em função da situação económica e financeira da empresa", o banco admite poder ser "mais exigente ao nível da fiabilidade e atualidade das contas". ■

O Governo lançou um conjunto de linhas de crédito, que já vai com mais de 4 mil milhões de euros disponíveis, para acorrer a necessidades de tesouraria, no curto prazo, das empresas que se viram privadas de boa parte da sua atividade. Mas, avisa a APCRI (Associação Portuguesa de Capital de Risco), é necessário começar a olhar para a recapitalização das empresas, à semelhança do que foi feito anteriormente.

Nuno Gaioso Ribeiro, presidente da APCRI, vai recordando que desde 2014 alerta para a subcapitalização das empresas, que, aliás, lembra, fizeram um caminho grande para reforçarem os capitais próprios. O grau de autonomia financeira, segundo dados do Banco de Portugal, das empresas não financeiras no final do terceiro trimestre do ano passado era de 38,4%, um aumento transversal a todos os setores. De igual modo, o peso dos financiamentos obtidos no total do ativo tinha diminuído para 33,6%.

É este esforço que Nuno Gaioso Ribeiro diz que não se pode perder: "Entre as várias medidas e conquistas que Portugal teve, uma foi a trajetória bem conhecida de redução do nível de endividamento das empresas", realça. Por isso, sustenta que "este pacote de medidas, de curto prazo e de tesouraria, que são medidas de endividamento, tem de ser conjugado com medidas de capital, mais estruturais", diz em declarações telefónicas ao Negócios, reforçando a necessidade de haver programas que tragam fundos públicos que "permitam dotar as empresas de capital". Já que, "se se responder apenas com endividamento, quando as empresas quiserem fazer a retoma da sua atividade vão ter proble-



Pedro Ferreira

Nuno Gaioso Ribeiro diz que as capitais de risco podem desempenhar um papel importante na economia.

mas de sobre-endividamento". Nuno Gaioso Ribeiro lembra novamente os fundos que já existiram no passado, no Capitalizar, para esse reforço de capitais das empresas. "Há várias medidas que podem ser pensadas para ser um apoio na componente de capital, e simultaneamente ter apoio de gestão adicional, estratégico e comercial para que normalizem os níveis de atividade e para que tenham capacidade de investimento". "Tem de haver uma combinação entre as duas medidas", reforça.

Para o capital de risco também admite que possa ter de haver alguns fundos de reforço aos próprios fundos (o chamado fundo de fundos), reconhecendo que, no futuro próximo, até possa ser preciso haver da parte destas sociedades mais investimento em novas participadas. "O efeito das capitais de risco é essencial", já que, segundo diz o presidente da associação que as representa, têm

até demonstrado que os fundos levantados nos pós-crises se mostram, em regra, mais rentáveis e os ativos adquiridos, a mais baixo preço, acabam por ter taxas de crescimento mais fortes. Mas Nuno Gaioso Ribeiro recusa falar em lados positivos das crises, já que os negativos são muito superiores. Mas admite que o capital de risco anda muitas vezes em contraciclo. "Nos momentos pós- crise aumentou os ativos sob gestão". Em 2018, o último ano de que há dados, o valor sob gestão das sociedades de capital de risco portuguesas estava nos 4,8 mil milhões de euros.

Sobre o momento, Nuno Gaioso Ribeiro admite que "hoje todas as capitais de risco estão concentradas na gestão do portefólio, da carteira de empresas que têm", já que há setores aos quais estão expostas a sofrer um grande impacto com a crise do novo coronavírus. ■

ALEXANDRA MACHADO

612

SOCIEDADES

O total de empresas participadas por capitais de risco era, em 2018, de 612.

4,8

SOB GESTÃO

O valor sob gestão dos fundos e sociedades de capital de risco era, em 2018, de 4,8 mil milhões de euros.

negócios

negocios.pt

Terça-feira, 14 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4222 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Como os países estão a tentar voltar à normalidade possível



Na China, é obrigatório usar máscara e, em algumas regiões, ter uma app no telemóvel. Pelo mundo, são várias as medidas usadas para levantar o confinamento.

PRIMEIRA LINHA 4 e 5

Mexidas nos prazos legais baralham concursos públicos

Incerteza sobre suspensão dos prazos está a criar dúvidas jurídicas. Especialistas falam em “trapalhada” por parte do legislador.

PRIMEIRA LINHA 6

Suspensão de Matosinhos não põe em causa stocks de combustível

PRIMEIRA LINHA 10 e 11

Empresas só têm de prestar contas de 2018 para aceder às linhas de crédito

PRIMEIRA LINHA 8 e 9

Agências de viagens e Governo discutem lei para reembolsar turistas

PRIMEIRA LINHA 12

Na biblioteca dos CEO

O papel dos algoritmos nas compras online



Margarida Matos Rosa, presidente da Autoridade da Concorrência, sugere o livro de hoje.

ÚLTIMA 32

Radar África
João Lourenço e a intriga das remodelações em Angola

ECONOMIA 15